

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente), serão realizadas com base na deliberação da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 06 de agosto de 2012 ("RCA"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2. REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata da RCA foi protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 07 de agosto de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP;
- IV. *dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- V. *dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica. Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente

ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão integralmente utilizados para o alongamento do perfil da dívida da Emissora e, para liquidação antecipada das debêntures da quarta emissão da Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, da 6ª Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder") e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 58.229.246/0001-10 ("HSBC Corretora") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), ambas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM 409", respectivamente).
- 5.2 *Subscrição.* No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estarem cientes que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão e (iii) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita.
- 5.3 *Plano de Colocação e Procedimento de Distribuição.* Os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476 ("Plano de

Colocação”), conforme previsto no Contrato de Distribuição, o qual será fixado mediante os seguintes termos:

- I. serão considerados Investidores Qualificados: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- II. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, rádio, televisão, e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- III. o público alvo da Oferta Restrita é composto exclusivamente por Investidores Qualificados;
- IV. somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- V. as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- VI. os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nos itens IV e V acima;
- VII. não existirão reservas antecipadas, devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo na Cláusula 6.5.2 abaixo), sendo que poderão ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial e estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) comprometem-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observarão os limites descritos nos incisos IV e V acima;
- VIII. caso não haja demanda para alocação de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) nas Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo), a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá exigir o exercício da garantia firme dos Coordenadores até referido montante, sem prejuízo da garantia firme para as demais Séries;
- IX. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Também não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário;
- X. não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em subscrever ou adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita; e

- XI. serão atendidos os clientes dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.
- 5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT.
- 5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que:
- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série (conforme definida na Cláusula 6.14.1.2 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização;
 - II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.14.2.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização; e
 - III. as Debêntures da Terceira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Terceira Série (conforme definido na Cláusula 6.14.2.7 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização.
- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a sexta emissão de debêntures da Emissora, sendo a quinta emissão pública.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").

- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em até 3 (três) séries (“Séries”), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada por série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que (a) a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes; e (b) caso não haja demanda para alocação de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) nas Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá exigir o exercício da garantia firme dos Coordenadores até referido montante, sem prejuízo da garantia firme para as demais Séries. Destaca-se que as Debêntures da Primeira Série serão indexadas à Taxa DI (conforme definido na Cláusula 6.14.1.2 abaixo) (“Debêntures da Primeira Série”) e as Debêntures das Segunda e Terceira Séries serão indexadas ao IPCA (conforme definido na Cláusula 6.14.2.1 abaixo) (“Debêntures da Segunda Série” e “Debêntures da Terceira Série”, respectivamente), sendo que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série não poderá exceder o valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, e a quantidade de 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures.
- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série ou às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, em conjunto.
- 6.5.2 *Procedimento de Bookbuilding.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures e com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados, a ser realizado, pelos Coordenadores, no âmbito da Oferta Restrita, sem recebimento de reservas para a definição (i) da Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.14.2.7 abaixo), observado o disposto abaixo e (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série (“Procedimento de Bookbuilding”), sendo que, nos termos da Cláusula 5.3, VIII acima, caso não haja demanda para alocação de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) nas Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá exigir o exercício da garantia firme dos Coordenadores até referido montante, sem prejuízo da garantia firme para as demais Séries. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escriuradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido pela CETIP extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escriuradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na cidade de São

Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 ("Instituição Escrituradora").

- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora dos serviços de banco mandatário das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução.
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 12 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento da Segunda Série"); e (iii) das Debêntures da Terceira Série será de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de setembro de 2022 ("Data de Vencimento da Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e Data de Vencimento da Segunda Série "Data de Vencimento").
- 6.13 *Amortização do Valor Nominal.* O Valor Nominal:
- I. de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo, sendo cada data abaixo indicada uma "Data de Amortização da Primeira Série":

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal na Data de Emissão)	Data de Pagamento
50% (cinquenta por cento)	12 de setembro de 2016
50% (cinquenta por cento)	Data de Vencimento da Primeira Série

- II. de cada uma das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Atualização Monetária da Segunda Série, será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo, sendo cada data abaixo indicada uma "Data de Amortização da Segunda Série":

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Atualizado na Data de Emissão)	Data de Pagamento
50% (cinquenta por cento)	12 de setembro de 2018
50% (cinquenta por cento)	Data de Vencimento da Segunda Série

- III. de cada uma das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Atualização Monetária da Terceira Série, será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo, sendo cada data abaixo indicada uma “Data de Amortização da Terceira Série”:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Atualizado na Data de Emissão)	Data de Pagamento
33,3333% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e três décimos de milésimo por cento)	12 de setembro de 2020
33,3333% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e três décimos de milésimo por cento)	12 de setembro de 2021
33,3334% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e quatro décimos de milésimo por cento)	Data de Vencimento da Terceira Série

6.14 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.14.1 *Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas 6.14.1.1 e 6.14.1.2 abaixo:

6.14.1.1. *Atualização monetária.* O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e

6.14.1.2. *Juros remuneratórios.* Sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,78% (setenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de

Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de março de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão (“Pagamento da Remuneração da Primeira Série”). Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que forem Debenturistas da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida em cada data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI_k , da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = fator da taxa DI_k , expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

- 6.14.1.3. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.14.1.4 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série.
- 6.14.1.4. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral (conforme definida na Cláusula 9.1 abaixo) de Debenturistas da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série. Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a taxa DI_k , a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k nos termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:
- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa)

dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível; ou

- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Primeira Série em circulação, as Debêntures da Primeira Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas da Primeira Série, e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima.

6.14.2 *Remuneração das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série.* A Remuneração das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira serão calculadas conforme disposto nas Cláusulas 6.14.2.1 a 6.14.2.8 abaixo:

- 6.14.2.1. *Atualização monetária.* O Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série e o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme aplicável, das Debêntures da Terceira Série serão atualizados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures (“Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série” e “Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série” e, quando em conjunto “Atualização Monetária”), de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da

Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo “dut” um número inteiro.

6.14.2.2. Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação

em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

- (v) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 12 de setembro de cada ano, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.
- (vi) No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série e/ ou pelos Debenturistas da Terceira Série.

6.14.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

6.14.2.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas acima, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária.

6.14.2.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série e/ou os Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços)

das Debêntures da respectiva série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série e/ou pelo saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Terceira Série em circulação, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definidas nas Cláusulas 6.14.2.6 e 6.14.2.7 abaixo) devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou
 - II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série em circulação, as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série em circulação farão jus à remuneração definida pelos respectivos Debenturistas e apresentada à Emissora nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas prevista acima.
- 6.14.2.6. *Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.* Sobre o Valor Nominal ou sobre o saldo do Valor Nominal, conforme o caso das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado a

5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) (“Juros da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, “Remuneração da Segunda Série”). A Remuneração da Segunda Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou desde a Data de Pagamento dos Juros da Segunda Série até a data de seu efetivo pagamento, e será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de setembro de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão (“Pagamento da Remuneração da Segunda Série”). A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a fórmula prevista na cláusula 6.14.2.8 abaixo.

6.14.2.7. *Juros remuneratórios das Debêntures da Terceira Série.* Sobre o Valor Nominal, ou sobre o saldo do Valor Nominal conforme o caso das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado a 6,00% (seis por cento) (“Juros da Terceira Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, “Remuneração da Terceira Série” e, quando em conjunto com Remuneração da Primeira Série e Remuneração da Segunda Série, “Remuneração”). A Remuneração da Terceira Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou desde a Data de Pagamento dos Juros da Terceira Série até a data de seu efetivo pagamento, e será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de setembro de 2013 e o último, na Data de Vencimento da Terceira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão (“Pagamento da Remuneração da Terceira Série”). A Remuneração da Terceira Série será calculada de acordo com a fórmula prevista na cláusula 6.14.2.8 abaixo.

6.14.2.8. *Cálculo dos Juros da Segunda Série e dos Juros da Terceira Série:* os Juros

da Segunda Série e os Juros da Terceira Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left[\text{FatorJuros} - 1 \right]$$

onde:

- J* = valor dos Juros da Segunda Série ou dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa* = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devidamente atualizado pela Atualização Monetária calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- Taxa* = taxa de juros fixa, utilizada para cálculo dos Juros da Segunda Série ou dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, expressa na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de Bookbuilding;
- n* = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP* = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT* = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

6.14.3. *Período de Capitalização das Debêntures.* O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios

correspondentes ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

- 6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total ou a amortização extraordinária das Debêntures.
- 6.16.1 *Debêntures da Primeira Série.* As Debêntures da Primeira Série poderão ser amortizadas extraordinariamente ("Amortização Extraordinária de Debêntures da Primeira Série") ou facultativamente resgatadas de forma total, ("Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Primeira Série"), a partir do 24º mês, contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 12 de setembro de 2014 (inclusive), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Amortização ou Resgate (conforme definido na Cláusula 6.16.7 abaixo).
- 6.16.1.1 O valor da amortização extraordinária ou do resgate total devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso do resgate total, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação, no caso de amortização limitado a 98% do Saldo do Valor Nominal, acrescido (i) da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Primeira Série" e "Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures da Primeira Série", respectivamente); e (ii) de prêmio, incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures da Primeira Série que serão efetivamente amortizadas ou resgatadas, conforme o caso, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) *flat*.
- 6.16.2 *Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série.* As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série poderão ser amortizadas extraordinariamente, limitado a 98% do Saldo do Valor Nominal Atualizado ("Amortização Extraordinária de Debêntures da Segunda Série" e "Amortização Extraordinária de Debêntures da Terceira Série", respectivamente, e em conjunto com a Amortização Extraordinária de Debêntures da Primeira Série, "Amortização Extraordinária") ou facultativamente resgatadas de forma total ("Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Segunda Série" e "Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Terceira Série", e em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Primeira Série, "Resgate Antecipado Facultativo"), a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, contado da Data de Emissão, ou seja, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série a partir de 12 de setembro de 2015 (inclusive), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Cláusula 6.16.7 abaixo).

- 6.16.2.1 O valor da amortização extraordinária ou do resgate total devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, no caso de amortização extraordinária, acrescido (i) da Remuneração da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Segunda Série” e “Valor do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Terceira Série” e, em conjunto com o Valor do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures da Primeira Série, “Valor do Resgate Antecipado Facultativo”, e “Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures da Segunda Série” e “Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures da Terceira Série”, em conjunto com o Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures da Primeira Série, “Valor da Amortização Extraordinária”, respectivamente); e (ii) (a) para as Debêntures da Segunda Série: de prêmio, incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures da Segunda Série que serão efetivamente amortizadas ou resgatadas, conforme o caso, correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) *flat* e, (b) para as Debêntures da Terceira Série de prêmio, incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures da Terceira Série: que serão efetivamente amortizadas ou resgatadas, conforme o caso, correspondente a 0,70% (setenta centésimos por cento) *flat*.
- 6.16.3 Os valores relativos ao prêmio de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária, conforme o caso, serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série ou Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do respectivo Valor do Resgate Antecipado Facultativo ou Valor da Amortização Extraordinária, conforme o caso.
- 6.16.4 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, da realização do Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ ou das Debêntures da Terceira Série com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.
- 6.16.5 As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.
- 6.16.6 No caso de Amortização Extraordinária parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.16.7 Para fins desta Cláusula 6.16, o comunicado de amortização ou resgate a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.25 abaixo, com 10 (dez) dias de antecedência, deverá conter os termos e condições da Amortização Extraordinária

ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso, incluindo necessariamente: (i) a respectiva data de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, será acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou último pagamento até a data de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização ou Resgate").

6.16.8. Fica desde já certo e ajustado que qualquer Amortização Extraordinária em valor igual ou superior a 90% (noventa por cento) do saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação e/ou da totalidade das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, somente poderá ser realizada por meio de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso.

6.17 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação do conselho de administração da Emissora, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.25 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, ou atendimento em ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Após esse prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;

- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
 - IV. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.
- 6.17.1 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado parcial, conforme o caso, deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- 6.18 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, ou por preço superior ao Valor Nominal, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.19 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a

qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP, conforme os procedimentos por ela adotados, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.23 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.24 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1 abaixo a 6.24.10 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso XVI abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.24.9 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
 - II. vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal

reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;

- III. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- IV. descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), corrigidos anualmente pelo IPCA, ou seu equivalente em outra moeda;
- V. descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- VI. decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- VII. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- VIII. mudança de controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem prévio e expresso consentimento dos Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e por Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora;
- IX. limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou,

ainda, qualquer outra medida que resulte na (a) perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão; e/ou (b) incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os Debenturistas;

- X. perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- XI. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e por Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação;
- XIII. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e por Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação;
- XIV. redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e por Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação;
- XV. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, exclusivamente na hipótese em que a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVI. inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do saldo do Valor Nominal, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da

Segunda Série e/ou às Debêntures da Terceira Série prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;

- XVII. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento;
- XVIII. vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série;
- XIX. não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente ("Índices e Limites Financeiros"):
 - (a) Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 3,0 (três); e
 - (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,0 (dois).

Para os fins do disposto no inciso XIX acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Empréstimos Eletrobras");

"EBITDA": é o somatório do resultado dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e a contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, e (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e

"Despesa Financeira Líquida": é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobras; (ii) ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; e (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil encerrado em 31 de dezembro de 2012.

- 6.24.1 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e por Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação.
- 6.24.2 Exclusivamente na hipótese prevista na Cláusula 6.24.1 acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação das Assembleias Gerais a que se refere a Cláusula 6.24.1 acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.24.3 Caso qualquer das Assembleias Gerais a que se refere a Cláusula 6.24.1 acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e o desenquadramento, a partir desse momento, ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, sendo que a data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos nesta Cláusula será considerada uma Data de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.24.5 abaixo).
- 6.24.4 Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 6.24.1 acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação.
- 6.24.5 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos I, II, III, VI, VII, X, XI, XVI e XVII, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV, V, VIII, IX, XII, XIII, XIV, XV, XVIII e XIX,

será a data em que se realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, ou a data em que se realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, ou a data em que se realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, se esta aprovar o vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, à Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula 6.26 abaixo.

- 6.24.6 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV, V, VIII, IX, XII, XIII, XIV, XV, XVIII e XIX, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, (a) Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou (b) Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, e/ou (c) Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso.
- 6.24.7 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série a que se refere a Cláusula 6.24.6 acima não delibere(m) sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das respectivas Debêntures, conforme o caso, ou não seja(m) instalada(s) por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal das respectivas Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável e de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que (a) Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série e/ou Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das respectivas Debêntures, conforme o caso, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, ou (b) a ausência de deliberação decorra de culpa ou dolo do Agente Fiduciário, hipótese na qual a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série deverá ser submetida a uma nova Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, nos termos da Cláusula 6.24.6. Nesse caso não

restará assegurado à Emissora e/ou aos Debenturistas qualquer direito de regresso contra o Agente Fiduciário.

- 6.24.8 Eventual suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura seja aprovada pelos Debenturistas presentes à respectiva Assembleia Geral cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das respectivas Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.24.9 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das respectivas Debêntures, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula 6.26 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 6.19 acima.
- 6.24.10 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.24.9 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.25 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores <http://www.elektro.com.br/ri>, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.26 *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até

5 (cinco) dias úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Emissora:

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Rua Ary Antenor de Souza, nº 321
13053-024 Campinas, SP
At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Telefone: (19) 2122-1487
Fac-símile: (19) 2122-1562
Correio Eletrônico: ri@elektro.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (jurídico)
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo previsto na legislação vigente, após o término de cada exercício social e após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, acompanhadas de relatório consolidado da memória de cálculo, elaborado pela Emissora, demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, nos termos do inciso XIX da Cláusula 6.24 acima podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;

- (b) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 480");
- (c) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XVIII abaixo;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- (f) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.25 acima;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (h) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
- (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
- (j) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma da Emissora deverá conter,

inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

- II. manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- III. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- IV. convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- VI. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- VII. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VIII. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- IX. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- X. cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- XI. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIII. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;

- XIV. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- XV. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XVI. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XVII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- XVIII. contratar, para o início da Oferta Restrita, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série conforme o caso, para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- XIX. informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;
- XX. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XXI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento, o

relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XII;

- XXII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral pela Emissora;
- XXIII. comparecer às Assembleias Gerais, sempre que solicitada; e
- XXIV. notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM n.º 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;

- XI. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
 - XII. com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no artigo 12, alínea k, da Instrução CVM nº 28/83, que atualmente atua na 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Emissora, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária após a observância das condições precedentes estabelecidas na escritura, com vencimento em 15 de julho de 2014, no caso da primeira série, e 15 de julho de 2015 no caso da segunda série, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, em 15 de julho de 2010, data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi observado qualquer evento de amortização, resgate, conversão, repactuação e inadimplemento;
 - XIII. o seu representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social; e
 - XIV. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora, seja aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e pela Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e pela Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, das Debêntures da Segunda Série em circulação e das Debêntures da Terceira Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
 - V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e arquivamento na JUCESP;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
 - VII. o Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e pela Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e pela Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
 - VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.25 e 6.26 acima; e
 - IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
 - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
 - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Contribuição Social Sobre o lucro Líquido - CSLL e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
 - (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora, hipóteses em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário; e
 - (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito;
- II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, imediatamente após a entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;

- (c) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
 - III. todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento deste por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e
 - IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista nos incisos II e III acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- V. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- IX. solicitar, quando considerar necessário auditoria extraordinária na Emissora;
- X. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XI. comparecer à Assembleia Geral a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XII. elaborar, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, sendo que uma versão preliminar do relatório deverá ser enviada à Emissora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo legal, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;

- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XIV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;
- XV. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices e Limites Financeiros, conforme informações públicas

disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

- XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará, se for o caso, as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP;
- XIX. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XVIII;
- XX. divulgar as informações referidas no item XII, “(i)”, acima, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXI. disponibilizar o valor unitário das Debêntures aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.24 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.24 a 6.24.10 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e da Segunda Série e da Terceira Série, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das respectivas Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures das respectivas Séries em circulação.
- 8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou

seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para basear suas decisões.

- 8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento, exceto nos casos em que agir com culpa ou dolo. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 8.10 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 8.11 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série e/ou Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso (“Assembleia Geral”).
- 9.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, e as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e as Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série, quando referidas em conjunto designadas como “Assembleias Gerais” poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas das respectivas Séries que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou 10% (dez por cento) das

Debêntures da Segunda Série em circulação, ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Terceira Série conforme o caso, ou pela CVM.

- 9.3 A convocação das Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação ou metade das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas nas Assembleias Gerais dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação conforme o caso.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.14.1.4 acima e 6.14.2.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas à Cláusula 6.16 acima; (h) das disposições relativas à Cláusula 6.17 acima; ou (i) de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 6.24.1 acima; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação conforme o caso.
- 9.5.2 Para fins de esclarecimento, (a) as matérias relacionadas exclusivamente às Debêntures da Primeira Série deverão ser submetidas apenas à deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, (b) as matérias relacionadas exclusivamente às Debêntures da Segunda Série deverão ser submetidas apenas à deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, (c) as

matérias relacionadas exclusivamente às Debêntures da Terceira Série deverão ser submetidas apenas à deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série e (d) as matérias relacionadas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série deverão ser submetidas à deliberação tanto das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série quanto das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série quanto das Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série.

- 9.6 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
- 9.7 Observadas as disposições da Cláusula 7.1 acima, inciso XXII, será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e do IPCA, e a forma de cálculo da Remuneração foi

acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;

- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta Restrita (a) não infringem seu estatuto social; (b) exceto por infrações que não causem um Efeito Adverso Relevante, não infringirão, na Data de Emissão, qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (c) não resultarão, na Data de Emissão, em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (e) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 30 de junho de 2011 e 2012, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- VIII. as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita, assumindo a Emissora a responsabilidade pelo conteúdo, previsão e veracidade das informações prestadas, nos termos da regulamentação vigente;
- IX. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- X. tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- XI. exceto por determinadas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e judicial, e cujo descumprimento não causa um Efeito Adverso Relevante, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer

ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;

- XII. exceto por determinadas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, e cujo descumprimento não causa um Efeito Adverso Relevante, no melhor do seu conhecimento, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XIII. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM; e
- XIV. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação da Agência de *Rating*, do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de

mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. FORO

- 13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Campinas, 10 de agosto de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 10 de agosto de 2012 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. – Página de Assinaturas 1/3.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 10 de agosto de 2012 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários . – Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 10 de agosto de 2012 entre Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF:

Nome:

Id.:

CPF: